



**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 0136/2026
REFERENTE AO PROCESSO 0213/2026 - CREDENCIAMENTO 014/2026**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O
MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG - MG, E, DE
OUTRO, COMO CONTRATADO: CRISTAL SAÚDE LTDA,
EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS
ESTABELECIDAS ABAIXO:**

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 - DA CONTRATANTE

O MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG - MG, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Quartel Geral/MG, na Rua Hipólito Pinto, 240, Centro, inscrito no CNPJ de n° 18.296.699/0001-44, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, **RENATO AUGUSTO MENDES**, brasileiro, inscrito no CPF sob o N.º 089.718.086-08.

1.2 - DO CONTRATADO

CRISTAL SAÚDE LTDA, com endereço à Rua Frei Orlando, n.º 300, sala 6, bairro: Centro - CEP: 35.620-000, Abaeté-MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.429.686/0001-05, neste ato representada pelo senhor Luciano Ferreira da Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob o n° 036.138.026-78, neste ato denominada contratada.

1.3 - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Licitatório N° 213/2026 - Inexigibilidade N° 026/2026, regido pela Lei Federais n° 14.133/2021, e, decreto municipal de n° 098/2022, e suas alterações.

2 - DO OBJETO

Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos compreendendo consultas, exames diagnósticos, procedimentos e cirurgias, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Quartel Geral/MG.

3 - DO PRAZO

O Contrato firmado deverá ter vigência a partir de sua assinatura, encerrando-se no dia 31/12/2026, o qual poderá ser prorrogado em até 05, (cinco) anos mediante TERMO ADITIVO por se tratar de natureza continuada a rigor do que dispõe o art. 105, I da lei federal 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 091/2021 "que



define os serviços de natureza continuada no âmbito de Quartel Geral".

4 - DO PREÇO - O CONTRATANTE pagará ao (a) CONTRATADO (a) valor conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT. ESTIMADA	VALOR POR SERVIÇO
01	Cirurgias ambulatoriais de pequeno porte	Serviço	20	R\$ 400,00
02	Cirurgias de grande porte	Serviço	20	R\$ 1.200,00
03	Cirurgias de médio porte	Serviço	20	R\$ 800,00
04	Consultas ambulatoriais	Serviço	45	R\$ 200,00
05	Duplex scan venoso	Serviço	80	R\$ 250,00
06	Duplex scan artéria	Serviço	60	R\$ 250,00
07	Duplex scan carótidas e vertebrais	Serviço	60	R\$ 280,00
08	Exame de ultrassonografia de abdome superior	Serviço	25	R\$ 240,00
09	Exame de ultrassonografia de abdome total	Serviço	25	R\$ 250,00
10	Ultrassonografia bolsa escrotal	Serviço	20	R\$ 250,00
11	Ultrassonografia de pelve masculina	Serviço	20	R\$ 245,00
12	Ultrassonografia de região inguinal	Serviço	10	R\$ 240,00
13	Ultrassonografia de rins e vias urinárias	Serviço	15	R\$ 240,00
14	Ultrassonografia parede abdominal	Serviço	25	R\$ 240,00
15	Cirurgias ambulatoriais de pequeno porte	Serviço	20	R\$ 400,00



VALOR GLOBAL: R\$ 142.950,00 (cento e quarenta e dois mil novecentos e cinquenta reais).

5 - DO ATENDIMENTO

Fica fazendo parte deste contrato, **O TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

O Regime Jurídico deste Contrato confere à CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no Artigo 115, e ss. da Lei 14.133/2021.

Constitui obrigação da CONTRATANTE além das constantes na lei federal 14.133/2021, todas as obrigações contidas no termo de referência, **(ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

São conferidos ao CONTRATADO os direitos previstos na Lei n.º 14.133/2021, e alterações, além daquelas previstas no **ANEXO VI DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

Constitui obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6 - DAS ALTERAÇÕES

As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições dos arts. 134, e 135 da lei federal 14.133/2021 serão, formalizadas previamente por TERMO ADITIVO, que passará a integrar este contrato quando ocorrer variações nos preços credenciados.

7 - DAS SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa o credenciado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.4 Dar causa à inexecução total do contrato;

7.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.8 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Comen *[Assinatura]* *[Assinatura]*



7.9 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

7.10 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.11 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.12 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.13 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.14 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.15 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(1) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(2) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

(3) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

(1) Na aplicação das sanções serão considerados:

(1) Natureza e a gravidade da infração cometida;

(2) As peculiaridades do caso concreto;

(3) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

(4) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

(5) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(2) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a

Comes *[assinatura]* *[assinatura]*



diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

(3) A aplicação das sanções previstas neste credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

(4) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

(5) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo que sejam necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

(6) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

(7) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

(8) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8 - DA RESCISÃO

O presente contrato estará de pleno direito rescindido pela inexecução total ou parcial deste contrato e da lei nº 8.666/93, notadamente no art. 155, e ss. da lei federal 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades determinadas em lei e neste Instrumento.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício do ano de 2026.

10 - A contratação firmada no presente credenciamento não gera qualquer tipo vínculo empregatício junto à CONTRATANTE.



11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro - O (a) CONTRATADO (a) deverá executar os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos, bem como assumir inteira responsabilidade civil, administrativa ou penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pelo mesmo, seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros, incluídos aí encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;

Parágrafo Segundo - Os encargos sociais como Imposto de Renda, ISSQN, acaso devidos, serão contados no pagamento e correrão por conta do CONTRATADO; as contribuições ao CRM, INSS e outros encargos sociais acaso devidos serão por conta do (a) CONTRATADO (a), ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade sobre estas contribuições.

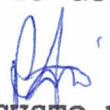
Parágrafo Terceiro - As demais obrigações do credenciado estão previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI)** do edital de Credenciamento.

12 - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Dolores do Indaiá - MG, para dirimir quaisquer questões do presente Contrato.

ASSIM, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato, juntamente das Testemunhas abaixo, em duas vias de idêntico teor, para que surta um só efeito legal, rubricando-o em todas as suas páginas.

Quartel Geral- MG, 29 de julho de 2026.


RENATO AUGUSTO MENDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE


CRISTAL SAÚDE LTDA.
CNPJ: 09.429.686/0001-05
CONTRATADO

TESTEMUNHA

CPF:


079.698.456-57

TESTEMUNHA

CPF:


131.711.566-04